

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Introduzidas no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente acerca da matéria. Com base no conteúdo da LDO prescrito pela norma constitucional e nas ações do governo federal nos últimos anos relativas a orçamento, julgue os itens que se seguem.

- 76** De regra, a lei de diretrizes orçamentárias tem trazido, explicitamente, a forma de se calcular o valor mínimo da reserva de contingência a ser estabelecida na lei orçamentária anual para o exercício ao qual se refere. Tal disposição, em que pese ainda não ter tido a inconstitucionalidade argüida, fere o texto constitucional.
- 77** Pela definição constitucional de seu conteúdo, é correto inferir que a LDO entra em vigor na mesma data em que a lei orçamentária anual a que se refere iniciar sua vigência.
- 78** A LDO compreende, de forma regionalizada, as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- 79** A LDO estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 80** Após a Emenda Constitucional n.º 32, ficou definido que o projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado separadamente pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma de seus respectivos regimentos internos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere ao controle e avaliação da execução orçamentária, alterou substancialmente a atuação dos tribunais de contas, atribuindo-lhes

- 81** a competência de verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada poder e órgão.
- 82** o dever de não entrarem em recesso enquanto existirem contas de poder ou órgão pendentes de parecer prévio.
- 83** o dever de emitir parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo no prazo de sessenta dias do recebimento.
- 84** a competência de dar parecer prévio, separadamente, às contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo, dos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público.
- 85** o dever de alertarem os poderes ou órgãos quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou o limite prudencial.

A educação, por ser considerada bem semipúblico ou meritório, possui regras particulares de financiamento no país. Com relação a esse tema, julgue os itens subsequentes.

- 86** Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) devem ser obrigatoriamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério, sendo vedada sua utilização como garantia de operações de crédito internas e externas, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações de financiamento de projetos e programas de ensino fundamental.
- 87** O FUNDEF é composto por 15% das receitas provenientes de cada uma das seguintes fontes: CPMF, ICMS, FPE, FPM e IPI exportação. A União complementa essas receitas para alcançar determinado valor mínimo a ser definido anualmente.
- 88** A instituição do FUNDEF desobriga os estados e os municípios da aplicação constitucional de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do ensino.
- 89** A distribuição dos recursos do FUNDEF no âmbito de cada estado e do Distrito Federal (DF) deve dar-se entre o governo estadual e os governos municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se, para esse fim, as matrículas na pré-escola e da 1.ª à 8.ª séries do ensino fundamental.
- 90** A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos estados, DF e aos municípios ou pelos estados aos respectivos municípios é considerada, para efeito do cálculo do percentual a ser gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino, receita do governo que a transferir.

A Instrução Normativa STN n.º 01/1997, com as alterações posteriores à sua publicação, é a norma que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos. Com base no estatuído por essa norma, julgue os itens seguintes.

- 91** A descentralização da execução mediante convênio ou portaria somente se efetivará para entes que disponham de condições para consecução do seu objeto e tenham atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo.
- 92** Deve integrar o plano de trabalho a especificação completa do bem a ser produzido ou adquirido e, no caso de obras, instalações ou serviços, o projeto básico, entendido como tal o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso, a obra, instalação ou serviço objeto do convênio, sua viabilidade técnica, custo, fases ou etapas e prazos de execução, devendo conter os elementos discriminados na legislação que versa sobre licitações e contratos administrativos.
- 93** A contrapartida dos estados, do DF, dos municípios e das entidades de direito privado pode ser atendida somente por meio de recursos financeiros e deve ser estabelecida de modo compatível com a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada, tendo por limites os percentuais estabelecidos na LDO.
- 94** Para valores até R\$ 100.000,00, o convênio com a União ou com entidade da administração pública federal pode ser verbal.
- 95** A liberação de recursos financeiros por força de convênio, nos casos em que o convenente não integre os orçamentos fiscal e da seguridade social, constitui despesa do concedente, e o recebimento, receita do convenente.
- 96** A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do convênio deve obedecer ao plano de trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto e a programação financeira do governo federal.
- 97** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, salvo os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 180 dias do evento, sob pena da imediata instauração de inquérito policial contra o responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente.
- 98** Os bens materiais e equipamentos adquiridos com recursos de convênios com estados, DF ou municípios serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de 180 dias do evento, sob pena da imediata instauração de inquérito policial contra o responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente.

99 Aprovada a prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente deve efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas no cadastro de convênios do SIAFI fazer constar, do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

100 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, o concedente assinará o prazo máximo de trinta dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, devendo comunicar o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente.

101 Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas parcial, o ordenador de despesas suspenderá imediatamente a liberação de recursos e notificará o convenente, assegurando-lhe o prazo máximo de trinta dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Acerca do projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007, julgue os seguintes itens.

102 As codificações de programas e ações do plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

103 O Poder Executivo deve enviar ao Congresso Nacional, até o dia 15 de junho de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual, que deve conter, entre outras informações, no mínimo, o demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior, comparado com o índice final previsto e a avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.

104 A exclusão ou alteração de programas constantes da Lei do Plano Plurianual para o período de 2004/2007 ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo exclusivamente nos projetos de LDO.

105 A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se, na mesma proporção, o valor do respectivo programa.

106 Ao Poder Executivo é vedado efetuar a alteração de indicadores de programas e incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações envolvam recursos dos orçamentos da União.

Acerca das transformações ocorridas na estruturação da máquina administrativa no Brasil desde 1930, julgue os itens a seguir.

- 107** Com base no suposto gigantismo do Poder Executivo federal, o governo Castelo Branco iniciou uma grande transformação das estruturas administrativas, extinguindo e modificando o *status* de diversos órgãos públicos. A proposta do governo Castelo Branco emergiu em um cenário de forte crítica ao modelo de Estado intervencionista e empresarial, tomando o modelo de administração até então vigente como um obstáculo à modernização do Estado e da economia.
- 108** A década de trinta caracterizou-se por uma significativa centralização no nível político e econômico, expressão de uma forma de Estado autoritário que conduziu o início do processo de modernização e industrialização do país. Nesse período, assistiu-se à superação do Estado voltado para a regulação da vida social e econômica por um Estado intervencionista, mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico do país. Consolidou-se, assim, o Estado administrativo.
- 109** O foco das ações de reforma do período Collor concentrou-se no projeto de privatização das empresas estatais. Do ponto de vista da administração direta, embora se ressalte o papel de destaque dado ao processo de descentralização da gestão dos serviços públicos, notadamente no setor de saúde — o que possibilitou a continuidade de ações fundadas no princípio instituído já na Constituição de 1988 —, não havia uma orientação orgânica de reforma, a não ser a extinção de órgãos e o corte de pessoal. Em relação a inovação de procedimentos gerenciais, pode-se destacar a experiência pioneira do contrato de gestão implantado no Hospital de Reabilitação Sarah Kubitscheck, em Brasília.
- 110** Durante o governo de Getúlio Vargas, algumas ações de reforma destacam-se, tais como: elaboração de anteprojeto de reforma geral da administração pública federal, no qual se mencionava pela primeira vez o projeto de descentralização; criação da Comissão de Simplificação Burocrática (COSB), objetivando reformas globais; criação de meios para a descentralização dos serviços, bem como fixação de responsabilidades e prestação de contas à autoridade; criação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), visando mudanças nos processos administrativos e reformas ministeriais; criação do Conselho do Desenvolvimento como órgão centralizador da política econômica e do Conselho de Política Aduaneira e da SUDENE; criação da EBAP, vinculada à FGV, para a implantação do ensino sistematizado de administração pública no país.
- 111** Durante o governo de Juscelino Kubitscheck, o planejamento tornou-se um princípio dominante e, em decorrência, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) adquiriu o *status* de agência central, passando a controlar o sistema de planejamento e o sistema de contabilidade e auditoria interna.
- 112** O DASP constituiu-se no órgão central de políticas pautadas pelos princípios da administração científica e do modelo weberiano de burocracia. Com base em uma orientação de incisiva separação entre atividades-fim e atividades-meio, difundiu-se o princípio da departamentalização, o formalismo técnico e o caráter prescritivo da ação governamental.

Os eixos gerais dos projetos de reforma administrativa atualmente em curso em nível internacional incluem

- 113** a concentração do governo central na realização de um processo eficiente de formulação, avaliação e retroalinhamento das políticas públicas, diretriz que demanda o aperfeiçoamento das funções de coordenação e o desenvolvimento de sistemas de informação intergovernamental.
- 114** a concentração da ação do Estado, acompanhada da institucionalização de mecanismos de controle da sociedade baseado na tecnologia da informação.
- 115** o desenho de um Estado em pirâmide, buscando-se otimizar os recursos escassos mediante o seu gerenciamento via rígidas estruturas hierárquicas.
- 116** o desenvolvimento de capacidades para a administração intergovernamental, mediante o gerenciamento em redes pelo governo central e a conexão entre estados e municípios em uma perspectiva mais orgânica.
- 117** os modelos organizacionais do tipo linha e assessoria.
- 118** um novo estilo gerencial público que demanda a formação de profissionais com aptidões para o relacionamento e a negociação com os diversos atores e instituições e com capacidade para identificar problemas estratégicos e delegar competências.
- 119** o desenvolvimento dos recursos humanos pela via da capacitação profissional permanente, do estímulo ao trabalho em equipe, da avaliação pelo rendimento e do estabelecimento de padrões competitivos de remuneração.
- 120** a focalização no cidadão, dando-se poder real aos clientes ou beneficiários dos serviços públicos.

Uma organização ou burocracia é um sistema social racional, ou um sistema social em que a divisão do trabalho é racionalmente realizada tendo em vista os fins a que se visa. O gênero próximo é o da organização como um tipo de sistema social, de conjunto de indivíduos que mantêm entre si relações sociais. Julgue os itens que se seguem, relativos às características das organizações burocráticas.

- 121** A autoridade, em uma burocracia, deriva de normas tradicionais.
- 122** As normas são escritas, porém pouco detalhadas, para dar margem de decisão aos gerentes.
- 123** Cada superior tem sob suas ordens determinado número de subordinados, os quais, por sua vez, têm sob si outros subordinados, e assim por diante.
- 124** A burocracia apresenta uma divisão horizontal do trabalho, em que as diferentes atividades são distribuídas de acordo com os objetivos a serem atingidos.
- 125** As organizações devem ser dirigidas por administradores politicamente indicados.
- 126** O administrador burocrático normalmente possui os meios de administração e produção.
- 127** O mandato do administrador não tem tempo definido de duração.
- 128** O administrador burocrático segue uma carreira, tendo direito, no final, à aposentadoria.

A gestão da qualidade é um método gerencial que se fundamenta em uma visão sistêmica das organizações. Ela parte do princípio de que todo processo produtivo pode ser concebido como um sistema e que a qualidade perpassa todos os componentes do sistema e do ambiente em que o processo produtivo está inserido. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

- 129** Na visão da qualidade total, gerenciam-se sistemas. A gerência não deve ser de pessoas ou processos apenas. Deve estar centrada em resultados.
- 130** O papel primordial da gerência é, de um lado, evitar problemas e, de outro, dispor de meios para aferir que resultados do sistema são considerados indesejáveis pelos usuários ou clientes, ou seja, quais são os problemas e as causas objetivas geradoras dos resultados indesejáveis.
- 131** Os clientes externos são a razão de ser da organização. No interior do sistema, se estabelecem relações entre setores e pessoas com as mesmas características. Os clientes externos caracterizam-se por serem afetados pelo produto ou processo, mas não serem membros da empresa. Compõem esse conjunto os compradores, os órgãos governamentais e o público em geral, os quais podem vir a ser afetados em consequência de aspectos de segurança dos produtos ou dos processos produtivos.
- 132** Gerenciamento da rotina significa permanecer no rumo atual, obedecer às normas e evitar mudanças, ou seja, ter o controle da organização dentro dos níveis planejados e esperados, dentro das previsibilidades. À medida que a organização detém esse controle, em plena segurança, ela pode e deve passar a praticar o segundo nível do gerenciamento da qualidade, que é o gerenciamento das melhorias.
- 133** A padronização consiste no estabelecimento e registro de todos os fluxos e procedimentos operacionais necessários à execução das atividades para a elaboração de um bem ou para a prestação de um serviço. Nesse sentido, devem ser desenvolvidos os materiais básicos para o processo de educação e treinamento.

O plano de ação pública geralmente desenvolve-se nas complexas redes de organizações públicas, quase-públicas e privadas. É aceito hoje em dia que essas redes determinam limites à capacidade de administração do governo. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 134** Na ciência política, há interesse crescente na idéia de redes de comunicação como conceito para descrever e analisar a estrutura na qual a política pública se desenvolve e é executada. A conclusão lógica desse conceito é que, quando um participante do governo tenta administrar os processos da política, ele não necessariamente tem de levar em conta as características dessa rede.
- 135** Um projeto é uma série contínua e consecutiva de ações entre os diferentes participantes, conduzidas e guiadas de acordo com regras formais e informais que se originam nos assuntos ou decisões pelos quais os participantes têm interesse. O bom resultado do projeto depende do plano de ação. O efeito acumulativo de todos os projetos separados resulta no desenvolvimento de certos padrões. A rede forma, então, uma estrutura mais permanente para os projetos seguintes.

136 As redes de comunicação são caracterizadas pelos seus participantes e pelas relações entre eles. Uma condição importante para essas relações nascerem e não deixarem de existir é a independência. Assim, os participantes independem um do outro, pois são capazes de concluir projetos de maneira satisfatória sem a cooperação de outros participantes.

137 Uma rede é caracterizada também pelas regras predominantes. As regras, procedimentos generalizados usados nos projetos, são sempre claras e limitadas, o que significa que fica imediatamente claro para os participantes quais regras são aplicáveis e como as regras deveriam ser interpretadas. Além do mais, essas regras são estáveis.

No que se refere ao empreendedorismo no setor público, julgue os itens que se seguem.

- 138** Governo catalisador é aquele que rema em vez de pilotar, o que, em outras palavras, significa um governo que é forte porque não deixa a execução para outrem.
- 139** A participação da população no governo se dá mediante a transferência do poder decisório da burocracia para as comunidades. Nesse caso, os governos transferem o controle dos serviços públicos às comunidades, para depois transferir também a responsabilidade final de garantir que os serviços sejam prestados. Trata-se de remover os obstáculos existentes ao controle social, encorajar as comunidades organizadas a dirigirem os serviços que lhes são prestados, oferecer estímulos necessários e transferir os recursos requeridos para enfrentar os problemas no nível de cada comunidade.
- 140** O governo orientado por missões surge em associação às organizações públicas rigidamente dirigidas por normas e regulamentos. As organizações orientadas por missões são menos racionais, eficazes, criativas, embora possuam maior flexibilidade operativa e moral mais elevado.
- 141** No governo de resultados, privilegiam-se os resultados a atingir e não simplesmente os recursos. Isso significa dispor de um efetivo sistema de avaliação das ações do governo que considere não apenas a concretização física e financeira dos projetos, mas também o seu sucesso no cumprimento dos objetivos socialmente colimados.
- 142** A ênfase do governo no cliente, também denominada de clientelismo, consiste em aproximar os órgãos governamentais dos usuários de serviços públicos, de modo a identificar os seus anseios e incorporar as críticas, a fim de moldar a prestação de serviços conforme as suas reais necessidades. Isso é obtido por meio de nomeações de pessoas de confiança dos clientes para os postos de gerência e supervisão das organizações públicas.

A presente administração do governo federal brasileiro estabeleceu, entre seus objetivos, a construção de um Estado ágil, transparente, eficiente e eficaz, voltado para as necessidades e expectativas do cidadão. Julgue os itens seguintes, acerca do que se pretende desenvolver para atingir esse objetivo.

- 143** Pretende-se aprimorar e racionalizar as estruturas organizacionais da administração pública federal, definir políticas e diretrizes para recursos humanos e fomentar, no governo federal e também nos estados e municípios, por meio de diversas linhas de atuação, ações de desburocratização e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
- 144** O projeto Comunidade Brasil, voltado para a inclusão digital de comunidades com alto índice de exclusão social, contemplará a participação ativa de órgãos dos governos federal, estadual, municipal, iniciativa privada e terceiro setor. O foco será a implantação de telecentros que promovam a alfabetização digital e o acesso à Internet. A sua gestão deverá ficar sob a responsabilidade de organizações do terceiro setor integradas por representantes das comunidades atendidas.
- 145** Na área de compras, serão priorizadas a consolidação e a expansão do ComprasNet, que compreende um conjunto de sistemas, serviços e informações de interesse da administração pública, dos fornecedores e da sociedade em geral utilizado na gestão das compras e contratações governamentais, permitindo aos órgãos fiscalizadores e à sociedade maior controle e acompanhamento dos gastos públicos.
- 146** Na relação com o cidadão usuário, o governo deverá reforçar a ação do Programa Nacional de Desburocratização, para garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las dos excessos burocráticos, mediante a simplificação de procedimentos e a redução da interferência na vida do cidadão.

147 A recomposição da força de trabalho terá início com a adoção de medidas voltadas para a terceirização em áreas erroneamente consideradas como de atividades típicas, de modo a garantir a eficiência do gasto público, impedir a ocorrência de desvios e promover a valorização do contribuinte.

148 Serão realizadas ações de ordenamento urbano e regularização fundiária, mediante cessão de áreas urbanas e rurais para assentamentos de comunidades, compreendendo a destinação de imóveis a programas de reforma agrária, implementação de projetos de assistência social, programas sociais de habitação para populações de baixa renda e outros.

149 O aumento da arrecadação de receitas patrimoniais para o exercício de 2003 contribuirá para a geração de novos recursos que poderão ser destinados à ampliação da ação do Estado na área social. Deverá também incrementar a meta estabelecida a alienação de bens públicos incorporados ao patrimônio da União, os oriundos da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) ou os não-necessários ao uso do serviço público.

150 Visando emprestar total transparência aos gastos públicos e à execução de seus programas e projetos, o governo promoverá o acesso da sociedade, por meio da Internet, às informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Complementarmente, deverá ser elaborada, publicada e distribuída a Cartilha do Combate à Corrupção, para orientar a população acerca dos mecanismos institucionais postos à sua disposição para fiscalização dos atos do poder público.